ÍNDICE

CAPÍTULO 1
DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito ........................................................... 1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da polícia judiciária ............... 2
3. Fixação das atribuições da Polícia Judiciária ............................... 2
4. Finalidade do inquérito policial .................................................. 2
5. Caracteres do inquérito policial .................................................. 3
6. Doligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial ................................................................. 4
7. Prazo para a conclusão do inquérito ............................................. 6
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? .............. 6
9. É indispensável o inquérito? ......................................................... 6
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado ................................. 7
11. O relatório .................................................................................. 7
12. A condução coercitiva do indiciado ............................................. 7
13. Como se inicia o inquérito policial? ............................................. 7
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? ................................. 8
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? ................................................................. 10
16. Modelo de portaria. Observações ................................................. 11
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações ......... 13
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações ................................. 14
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações ........................ 15
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .......... 18
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações ......................................................... 20
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações ....................... 22

CAPÍTULO 2
DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo 28
2. Sentido da expressão “flagrante delito” ....................................... 30
3. Fundamento da prisão em flagrante ............................................. 31
4. As modalidades de flagrante ....................................................... 32
5. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .................. 32
6. A prisão em flagrante como ato administrativo ........................... 34
Observações sobre a decadência do procedimento do juiz

A queixa nos crimes

O perdão

Caso a ofendida

As custas do processo

Modelo de queixa

Modelo de procur.

1. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada

8. Como se lava um auto de prisão em flagrante

9. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto

10. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante

11. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante

12. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais

13. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?

14. Observações sobre a prisão em flagrante

15. Casos de inafiançabilidade

CAPÍTULO 3
DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções

2. Conceito

3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?

4. Característicos

5. Princípios

6. Divisão da jurisdição

7. Competência

8. Delimitação do poder de julgar

9. Onde a causa penal deve ser julgada?

10. Prerrogativa de função

11. Conexão e continência

12. Quando o Promotor pode tomar?

13. Que deve conter a denúncia?

14. O despacho do juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?

15. Pode a autoridade policial tomar a denúncia em seu próprio interesses?

16. Pode o Promotor instaurar o processo após a recepção da denúncia?

CAPÍTULO 4
DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação

2. O processo

3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios

4. Ação penal: conceito

5. Classificação subjetiva da ação penal

6. Como se inicia a ação penal: através da denúncia ou queixa

7. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade de para agir, interesse de agir

8. Condições específicas da ação

9. Rejeição da denúncia ou queixa

10. Que providências podem ser tomadas quando o juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?

11. Pode o Promotor desistir da ação penal?

12. Como se instaura o processo

13. É a defesa prévia obrigatória no processo penal?

14. Exemplo de defesa prévia em matéria de ação penal

15. Observações sobre a defesa prévia

DO ASSIS
13. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? ......................................................... 69
14. Que deve conter a denúncia? .................................................. 70
15. Modelo de denúncia .............................................................. 70
16. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito ......................................................... 71
17. Prazos para a denúncia .......................................................... 72
18. O despacho do Juiz recebendo a denúncia .................................. 72
19. Outras observações .............................................................. 74
20. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências ... 75
21. Observações ................................................................. 76
22. Pode a autoridade policial deixar de realizá-las? ......................... 76
23. Pedido de arquivamento: modelo .......................................... 77
24. Observações ................................................................. 77
25. Arguição de incompetência: modelo ....................................... 80
26. Conflito de atribuições e de competência ................................ 82

CAPÍTULO 5
DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa .................................................... 87
2. A decadência do direito de queixa ........................................... 89
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa ................................ 90
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção ....................... 92
5. O perdão ........................................................................ 92
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardivamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? ...................... 93
7. As custas do processo ........................................................ 96
8. Modelo de queixa ............................................................... 97
9. Modelo de procuração ......................................................... 98

CAPÍTULO 6
DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa? ............................ 99
2. Exemplo de defesa prévia ...................................................... 100
3. Observações sobre a defesa prévia .......................................... 100

CAPÍTULO 7
DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação ....................................................... 105
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ........... 105
3. A função do assistente ............................................................... 106
4. Ouvida do Ministério Público ..................................................... 107
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir? ................................................................. 107
6. Atividade do assistente .............................................................. 107
7. Em que hipóteses pode recorrer? ............................................. 108
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente ............... 109
9. Pode o Poder Público intervir como assistente? ....................... 110
10. A intimação da sentença ......................................................... 111
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente ..................... 111
12. Modelo de procuração ............................................................ 112

CAPÍTULO 8
DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico ............................................................................... 113
2. A antijuridicidade ..................................................................... 114
3. A culpabilidade ........................................................................ 115
4. A imputabilidade ...................................................................... 115
5. A importância do exame de sanidade ....................................... 116
6. Critérios para aferir a inimputabilidade .................................. 116
7. Os menores de 18 anos ............................................................ 117
8. Os doentes mentais .................................................................. 117
9. A embriaguez ........................................................................... 118
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico ....................... 119
11. Como se comprova a inimputabilidade? .................................. 120
12. Oportunidade para o exame de insanidade .............................. 121
13. Legitimidade .......................................................................... 122
14. Procedimento ........................................................................ 122
15. Formulação dos quesitos ........................................................ 123
16. A doença mental antes e depois da prática da infração .......... 124
17. Fica o Juiz vinculado à perícia? ............................................. 125

CAPÍTULO 9
DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento ....................................................... 126
2. Processo e procedimento ....................................................... 126
3. Procedimento nas hipóteses de foro privilegiado .................... 128
4. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão ...... 135
5. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais. 137
7. Improntícia. Absolução sumária e desclassificação ................. 140

DO PROCEDIMENTO

1. O procedimento comum ......................................................... 106
2. O procedimento especial ....................................................... 107
3. O procedimento dos pei. ....................................................... 108
4. O procedimento dos pr. ....................................................... 109

DOS OUTROS PARA CRIMES

1. O procedimento dos pei. ....................................................... 110
2. O foro competente ............................................................... 111
3. O inquérito judicial .............................................................. 112
4. É contraditório este inquérito? .............................................. 113
5. O não-oferecimento de garantias da ação ao júri ..................... 114
6. Quando é possível a denúncia? ............................................. 115
7. Quando é possível a oitiva da vítima? .................................... 116
8. Prazos .................................................................................. 117
9. A importância da ação penal nas pessoas jurídicas .................. 118
10. O procedimento dos pei. ..................................................... 119
11. O procedimento dos pei. ..................................................... 120
12. Os prazos prescricionais ...................................................... 121
13. O procedimento ................................................................. 122
14. Pode haver inquérito para crimes contra a saúde pública? .... 123
15. O procedimento dos pei. ..................................................... 124
16. O procedimento dos pei. ..................................................... 125
17. Entorpecentes. Observações sobre o procedimento para crimes contra a saúde pública ... 126
18. Crimes de responsabilidade criminal .................................... 127
19. Os crimes contra a fiscalidade ............................................ 128
CAPÍTULO 10
DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares ........................................ 192
2. O foro competente ............................................................................................................. 193
3. O inquérito judicial ............................................................................................................. 193
4. É contraditório este inquérito? ............................................................................................ 194
5. O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a proposta da ação no juízo criminal? ........................................................................................................ 196
6. Quando é possível a denúncia no juízo criminal ................................................................ 196
7. Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial ........................................ 198
8. Prazos .................................................................................................................................. 199
9. A importância da sentença declaratória da falência ............................................................ 201
10. A ação penal nas pequenas falências .................................................................................... 203
11. O procedimento dos processos por crimes de imprensa ....................................................... 205
12. Os prazos prescricionais ...................................................................................................... 206
13. O procedimento ................................................................................................................... 207
14. Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa? ....................................................... 209
15. O procedimento dos processos por crimes eleitorais ........................................................... 210
16. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observações .............................................................................................................. 212
17. Entorpecentes. Observações ................................................................................................. 215
18. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos ......................................................... 222
19. Os crimes contra a fauna ...................................................................................................... 222

CAPÍTULO 11
DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção ........................................ 224
2. O procedimento especial para os crimes apenados com detenção ......................................... 225
3. O procedimento dos processos por homicídios e lesões corporais culposos .......................... 226
4. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade ...................................... 226
5. O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações 227
6. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento 229
7. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento 229
8. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento 230
9. Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento 230
10. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento 234
11. Crimes contra a honra: procedimento 236
12. Entorpecentes 242

CAPÍTULO 12
DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1. Preliminares 243
2. O procedimento comum para as contravenções 243
3. O procedimento especial 244
4. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações? 245
5. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações 246

CAPÍTULO 13
DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo 249
2. Observações sobre as alegações finais 250
3. As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações 252

CAPÍTULO 14
DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo 255
2. Sentença condenatória: exemplo 256
3. Observações sobre a sentença 258

CAPÍTULO 15
DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo 271
2. Pode a pronúncia, após a preclusão pro judicato, ser alterada? 272
3. Exemplo de libelo 272
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>16</td>
<td>DAS NULIDADES</td>
<td>272</td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>DOS RECURSOS</td>
<td>288</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO</td>
<td>306</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**CAPÍTULO 16**

**DAS NULIDADES**

1. Noções sobre atipicidade do ato processual
2. Inexistência, nulidade e irregularidade do ato processual
3. Nulidade absoluta
4. Nulidade relativa
5. Atos essenciais ou estruturais
6. Atos não-essenciais
7. Formalidades essenciais
8. Outra observação sobre nulidade absoluta
9. Momento para a arguição da nulidade

**CAPÍTULO 17**

**DOS RECURSOS**

1. Conceito. Generalidades
2. Fundamento
3. Pressupostos lógico e fundamental
4. Classificação da sucumbência
5. Pressupostos recursais objetivos
6. Pressupostos recursais subjetivos
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação
8. Extinção anormal dos recursos
9. Classificação dos recursos. Recurso ordinário, extraordinário e especial
10. Recursos voluntários e necessários
11. Efeitos dos recursos

**CAPÍTULO 18**

**DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

1. Exemplo de interposição
2. Exemplo de razões. Observações
3. Exemplo de contra-razões
4. Observações
5. O recurso em sentido estrito
6. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581
CAPÍTULO 19
DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo 323
2. Exemplo de razões. Observação 324
3. Exemplo de contra-razões 325
4. Noções 326
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? 326
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? 329
7. Como se interpõe a apelação? 329
8. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões 330
9. Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos? 331
10. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância? 331
11. A quem é endereçado o recurso de apelo? 332
12. Apelação plena e limitada 332
13. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância 333
14. Pressupostos próprios do recurso de apelo 333
15. Extinção anormal da apelação 339
16. Em qualquer apelação, funciona o juízo ad quem sempre como judicium rescindens e judicium rescisorium? 340
17. A apelação sobre nos próprios autos? 343
18. O § 4º do art. 593 343
19. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? 344
20. Apelação sumária e apelação ordinária 344
21. Efeitos do recurso de apelação 345
22. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? 346
23. A proibição da reformatio in pejus 346

XIV

DO PRO"
CAPÍTULO 22
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Modelo</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Noções</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>É exclusivo da defesa?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Quando cabe</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Pode a defesa protestar e apelar?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Quantas vezes pode o réu protestar por novo júri?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Razão histórica do protesto</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?</td>
<td>347</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?</td>
<td>347</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CAPÍTULO 20
DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Modelo de interposição</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Noções</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>É exclusivo da defesa?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Quando cabe</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Pode a defesa protestar e apelar?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Quantas vezes pode o réu protestar por novo júri?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Razão histórica do protesto</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?</td>
<td>352</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CAPÍTULO 21
DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação</td>
<td>362</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça</td>
<td>362</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Considerações preliminares</td>
<td>364</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Os embargos infringentes e de nulidade</td>
<td>367</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento</td>
<td>367</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não-unânime de segunda instância?</td>
<td>369</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar</td>
<td>370</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?</td>
<td>370</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Os embargos no STF</td>
<td>371</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Os embargos no STJ</td>
<td>372</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CAPÍTULO 22
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Modelo</td>
<td>373</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Generalidades</td>
<td>374</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Quando podem ser opostos</td>
<td>374</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>A quem são dirigidos</td>
<td>374</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Procedimento</td>
<td>375</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento</td>
<td>375</td>
</tr>
</tbody>
</table>

XV
7. Quem pode interpor os embargos? ............................................... 377
8. Quem os julga? ........................................................................ 377
9. Os embargos na inferior instância ........................................... 377
10. Retratabilidade ....................................................................... 377
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso? ....................... 377
12. Extensão dos embargos declaratórios ....................................... 379

CAPÍTULO 23
DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações ... 380
2. Exemplo de razões .................................................................... 381
3. Exemplo de contra-razões .......................................................... 383
4. Observações sobre a carta testemunhável ................................ 384
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? .......................................................... 385
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável ................... 386
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante ... 387
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo? ......................... 388
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? 388
10. Razões históricas da carta testemunhável ................................. 388
11. Como se conta o prazo ............................................................... 388

CAPÍTULO 24
DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo ................................................................................. 390
2. Exemplo de razões .................................................................... 391
3. Exemplo de contra-razões .......................................................... 392
4. Generalidades .......................................................................... 393
5. Cabimento .................................................................................. 393
6. Admite-se a correição no processo civil? .................................. 394
7. Origem ....................................................................................... 395
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo ................... 395
9. É inconstitucional? .................................................................... 395
10. É recurso? .................................................................................. 396
11. Procedimento ............................................................................ 396

CAPÍTULO 25
DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de habeas corpus perante o Juiz de Direito 399
2. Considerações sobre o habeas corpus ....................................... 401

XVI
23 UNHÁVEL

UNHÁVEL. Observações ... 380

... 381

cabo ... 384

ão, caberá carta testemu-

... 385

... 386

... 387

ão ... 388

hável na segunda instância? 388

... 388

O

24 PARCIAL

... 390

... 391

... 392

... 393

... 393

... 394

São Paulo ... 395

... 395

... 396

... 396

O 25 CORPUS”

perante o Juiz de Direito 399

... 401

3. É o habeas corpus um recurso? ............................................... 402

4. A doutrina brasileira do habeas corpus ............................. 402

5. Pode o habeas corpus ser impetrado por qualquer pessoa? ... 403

6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, es-
tá concedendo habeas corpus de ofício? ............................ 404

7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de habeas corpus? 404

8. A competência originária ..................................................... 404

9. A competência recursal ....................................................... 408

10. Se, impetrada a ordem de habeas corpus, o Tribunal denegá-la, que proviência poderá ser tomada? ........................................ 410

11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de habeas corpus? ...................................................... 410

12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de habeas corpus, que recurso será oponível? ............................................ 410

13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que proviência poderá ser tomada? ............................................ 411

14. Alguns casos de habeas corpus .............................................. 412

15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora .... 413

16. Exemplo de habeas corpus impetrado ao Tribunal de Alçada ..... 413

17. Observações sobre o habeas corpus .................................... 416

18. A sustentação oral do habeas corpus .................................... 416

19. Exemplo de habeas corpus impetrado ao Superior Tribunal de Justiça 417

20. Outras observações sobre o habeas corpus ......................... 418

21. Pode o pedido de habeas corpus ser reiterado? ..................... 419

22. Pode o habeas corpus beneficiar outras pessoas mesmo que não te-
hjam impetrado a ordem? ..................................................... 420

23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso 
extraordinário? .................................................................... 420

24. Nas transgressões disciplinares cabe habeas corpus? .......... 420

25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem 
de habeas corpus, que providência poderá ser tomada? ............ 421

26. Pode ser impetrada ordem de habeas corpus contra ato do particular? 421

27. O habeas corpus preventivo e o liberatório ............................ 422

28. Finalidade do habeas corpus ............................................. 425

29. Apresentação do paciente ................................................ 425

30. Sanções ............................................................................. 426

31. Pedido de informações ...................................................... 426

32. Intervenção do Ministério Público ....................................... 426

33. Como pode ser impetrada a ordem? .................................. 427

34. Concessão ......................................................................... 427

35. Não-cabimento ................................................................. 428

36. O direito protegido pelo habeas corpus ............................... 428

37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, 
abolida pela Constituição? .................................................... 429

38. Liminar em habeas corpus .................................................. 429
CAPÍTULO 26
DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição ......................................................... 432
2. Exemplo das razões. Observação ............................................. 432
3. Exemplo de parecer da Procuradoria ................................. 436
4. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional .................. 436
5. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, b, da Magna Carta ............................... 437
6. O recurso ordinário-constitucional ...................................... 438
7. Procedimento ................................................................. 439

CAPÍTULO 27
DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal ...................... 441
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .. 442
3. Generalidades ................................................................. 443
4. O erro judiciário e a coisa julgada ..................................... 445
5. A revisão pro societate ..................................................... 446
6. A revisão criminal no Brasil ............................................... 447
7. A natureza jurídica ......................................................... 448
8. Pressuposto primordial da revisão .................................... 449
9. Oportunidade ................................................................. 449
10. Legitimidade ................................................................. 450
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão? ................ 452
12. A revisão e a decisão do Júri ........................................... 452
13. Competência ................................................................. 453
14. Os fundamentos do pedido ............................................... 455
15. Extinção da punibilidade ................................................ 456
16. Unificação de penas ...................................................... 457
17. Revisão para aumentar a pena ......................................... 458
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .... 458
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia? ...................... 459
20. Conversão em diligência .................................................. 459
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP ............................... 460
22. Absolvição e revisão ....................................................... 460
23. Prazo ................................................................. 461
24. O pedido ................................................................. 461
25. Procedimento ............................................................... 462
26. Julgamento ................................................................. 463
27. Improcedência ............................................................ 463
28. Procedência ............................................................... 464
29. Consequências .............................................................. 464

30. Anulado o processo ................................................... 432
31. Reiteração .............................................................. 432
32. Sentença estrangeira ..................................................... 432
33. A Justiça Eleitoral ........................................................ 432
34. Morte do condenado ..................................................... 432
35. A indenização. Nota ......................................................... 432

DO RECURSO ESPECIAL

1. Noções gerais ............................................................ 441
2. Recurso extraordinário .................................................. 442
3. A denominação "extraordinaire" ....................................... 443
4. Outras funções do STF ................................................... 443
5. Quando é cabível o recurso extraordinário? ..................... 444
6. Legitimidade ............................................................... 445
7. Procedimento ............................................................... 445
8. Denegação. Recurso ..................................................... 446
9. Deve o agravo de instrumento ser abrogado? ................. 447
10. Procedimento no julgamento ................................. 447
11. Problemas especiais .................................................... 448
12. Recurso extraordinário ............................................... 449
13. Modelos ................................................................. 450
14. Súmulas do STF related to the do recurso especial ........ 450

15. O recurso especial ...................................................... 441
16. Quando cabe ............................................................ 442
17. Finalidade ................................................................. 443
18. Procedimento ............................................................... 444
19. Denegação ................................................................. 445
20. Outras funções do STF .................................................. 445

1. Modelos de agravo de instrumento .............................. 441
2. Os agravos no processo .................................................. 442
3. O agravo de instrumento ................................................ 443

XVIII
30. Amulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .......... 465
31. Reiteração .................................................. 467
32. Sentença estrangeira ......................................... 468
33. A Justiça Eleitoral .......................................... 468
34. Morte do condenado .......................................... 468
35. A indenização. Nota .......................................... 469

CAPÍTULO 28
DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais .................................................. 471
2. Recurso extraordinário: conceito .......................... 471
3. A denominação “extraordinário” ............................ 473
4. Outras funções do STF ......................................... 473
5. Quando é cabível o recurso extraordinário? .............. 474
6. Legitimidade .................................................. 474
7. Procedimento .................................................. 475
8. Denegação. Recurso oponível ............................... 476
9. Deve o agravo de instrumento obedecer às disposições do CPC ab-rogado? ........................................ 477
10. Procedimento no juízo ad quem ............................ 477
11. Problemas especiais ........................................... 478
12. Recurso extraordinário e recurso especial ................ 479
13. Modelos ....................................................... 479
14. Súmulas do STF relacionadas com o recurso extraordinário .... 482

CAPÍTULO 29
DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial ............................................. 484
2. Quando cabe .................................................... 484
3. Finalidade ..................................................... 486
4. Procedimento .................................................. 487
5. Denegação ..................................................... 488
6. Outras funções do STJ ......................................... 488
7. Modelos ......................................................... 489

CAPÍTULO 30
DOS AGRAVOS

1. Modelos de agravo de instrumento ............................ 497
2. Os agravos no processo penal ................................ 503
3. O agravo de instrumento ....................................... 503
4. O agravo inominado ................................................................. 505
5. O agravo regimental ................................................................. 506
6. O recurso inominado ................................................................. 507

CAPÍTULO 1

DO II


1. RAZÃO DE SER

O direito de punir auto-executá-lo. Improvisado na sua liberdade de punir, quando há o particular, dirigir-se ao sanctio juris. Antes de que é o Ministério Público, logo após a prática do fato típico e suas conseqüências, que constituem o delito da ação penal, seja pública, seja o particular, se neos que o autorizem e, xxx, iniciando-se, deste...